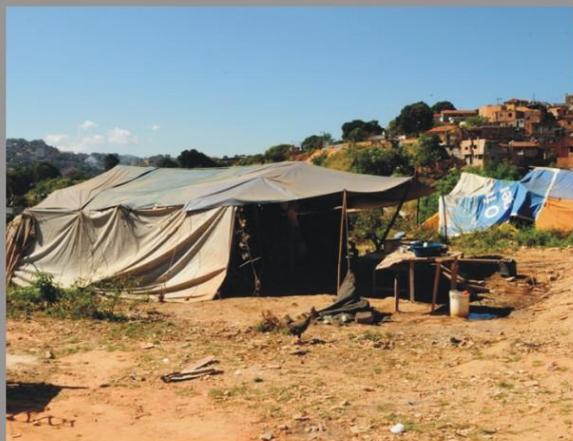


Cidadania dos Ciganos e Nômades Urbanos



DOCUMENTAÇÃO CIVIL BÁSICA PARA
COMUNIDADES TRADICIONAIS



Secretaria Especial
dos Direitos Humanos



CIDADANIA DOS CIGANOS E NÔMADES URBANOS

Relatório semestral - 1º semestre de 2009

Apresentação

O projeto **Cidadania dos Ciganos e Nômades Urbanos** é uma parceria do Recivil com a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República. A partir do Aviso de Chamada Pública – Seleção Pública de Propostas para Apoio a Projetos relativos à Implementação do Plano Social Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica, de 15 de maio de 2008, o Recivil apresentou o projeto que foi escolhido junto com outros quatro projetos para receber apoio financeiro da SEDH.

A Portaria nº08, de 29 de agosto de 2008 da Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Presidência da República divulgou a relação dos projetos selecionados para receber o apoio financeiro. Veja as entidades selecionadas: Associação Nacional dos Rondonistas – Projeto Rondon; Recivil – Sindicato dos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de Minas Gerais; Secretaria de Estado dos Direitos Humanos – Governo do Estado do Pará; Secretaria de Estado da Inclusão e Mobilização Social do Amapá; Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania de Roraima.

POPULAÇÃO DE RUA

1 – Reuniões

Nos meses de janeiro e fevereiro foram feitas reuniões em duas das principais casas de acolhimento de Belo Horizonte, o albergue “Tia Branca” e a República “Maria-Maria”. O albergue foi o primeiro contato com os segmentos representativos das populações em situação de rua, onde o Recivil teve contato com seus respectivos diretores, assistentes sociais, funcionários e a própria população de rua.

No dia 6 de fevereiro, o Sindicato esteve na Promotoria de Direitos Humanos onde conversou com a promotora Célia Beatriz. A promotora, coincidentemente, inicia um trabalho direcionado às pessoas em situação de rua e assim interessou-se em concretizar uma parceria no projeto.

No dia 9 de fevereiro, o Recivil participou do **Fórum de População de Rua de Belo Horizonte**, no Centro da Pastoral, Bairro Lagoinha. Como pauta, o Fórum previa a discussão sobre a construção de uma nova república para abrigar populações de rua. O Recivil conseguiu um espaço para a apresentação do projeto de documentação, aproveitando a oportunidade para manter contato com representantes de diversas entidades como a Prefeitura de Belo Horizonte, o Movimento Nacional da População de Rua, a Pastoral de Rua, a UFMG e os próprios moradores de rua, que estavam presentes do evento. Vale destacar algumas informações que se relacionam com o projeto apontadas pela população de rua:

- É quase impossível que um morador de rua consiga portar seus documentos devido à perda dos mesmos. Esta perda pode ser ocasionada por:
 - ✓ Roubo de colegas ou estranhos
 - ✓ Perda dos documentos e outros bens devido à embriaguez
 - ✓ Deslocamento constante
 - ✓ Falta de consciência da importância de tal documento
- Grande parte da população de rua que é atendida por albergues, abrigos, casas de apoio, centros de referência e outros possui documentação regular. Nas ruas serão encontrados moradores que não freqüentam nenhuma espécie de casa de acolhimento, sendo que a maioria desses tem sua documentação irregular.
- Entre a população de rua será encontrado um número considerável de indivíduos que têm ou estão com a perda privativa de liberdade, em prisões e penitenciárias.

No dia 20 de março de 2009, o Recivil visitou o abrigo São Paulo no bairro 1º de Maio em Belo Horizonte. A diretora do albergue, Ana Vicentina, se prestou ao apoio necessário para que o bairro, possivelmente, recepcionasse a primeira etapa do projeto, fato que viria a acontecer em meados de maio.

No dia 6 de abril, o Sindicato se reuniu com o juiz da Vara de Registros Públicos de Belo Horizonte, Fernando Humberto. Dentre outros assuntos, foi conversado sobre o projeto e a Lei nº 11.790 que, como explicou o juiz, veio para facilitar o registro de nascimento dos não registrados. “Não há porque complicar, a lei veio para que todos possam ter acesso ao registro de nascimento.”

2 – A primeira etapa

A primeira etapa do projeto para a população de rua ocorreu entre os dias 6 a 10 de maio.

Pôs-se em prática a idéia de realizar o mutirão em local próximo a abrigo ou albergue. O abrigo São Paulo tem capacidade para atender mais de 200 pessoas por dia, possuindo boa estrutura, além de atendimento especial para enfermos, e está localizado bairro Primeiro de Maio, bairro que sediou, então, esta primeira etapa do projeto focado na população de rua. O Primeiro de Maio, bairro da região norte da capital mineira, tem aproximadamente 33 mil habitantes. É um bairro populoso, sendo que a maioria das famílias que ali moram possuem uma baixa renda financeira.

A divulgação foi articulada entre as instituições presentes no bairro, como igrejas, escolas, estabelecimentos comerciais e outros. As formas de divulgação foram diversas: rádio, televisão, carro de som, panfletos. A primeira instituição a ser contatada foi o abrigo São Paulo, que participou de forma efetiva dos mutirões. Os atendidos pelo abrigo foram preparados semanas antes do mutirão acontecer.

Foi no Parque Ecológico do bairro que aconteceram os mutirões e os serviços prestados à população, a partir do contato com a prefeitura de Belo Horizonte, que concedeu a liberação do parque para os cinco dias de mutirão.

O parque possui as dimensões adequadas para a realização de mutirões, o único problema encontrado foi que não há espaços cobertos, apenas locais abertos sem cobertura. Nesse sentido fez-se necessária a utilização de várias tendas que foram montadas e desmontadas pela própria equipe do Recivil, durante todo um dia de trabalho. Cabe agradecer a FIEMG pelo empréstimo das tendas e pela orientação da montagem.

O projeto previa a distribuição de lanches para as pessoas carentes que estivessem sendo atendidas por qualquer dos serviços prestados no mutirão. Foram oferecidos 5.000 kits lanches, contendo um sanduíche nutritivo e reforçado e um suco de frutas. A qualidade dos lanches foi aprovada pelo público atendido.



População de rua sendo atendida pela equipe do Recivil

2.1- Atos de Registro Civil

Foram ofertados os seguintes atos de Registro Civil durante a primeira etapa do projeto:

2ª via certidão nascimento	512
2ª via certidão casamento	45
2ª via certidão óbito	8
Conversão de União Estável	24
Registro de Nascimento	24
Retificação de dados	2
Certidão negativa	106
Reconhecimento de paternidade	3
TOTAL	724

As segundas vias de certidões são buscadas em qualquer cidade do país.



Mulheres ciganas - acampamento em Belo Horizonte

2.2 - A participação dos parceiros

O projeto contou com o envolvimento e a participação de importantes parceiros que, durante a realização do evento, disponibilizaram atendimento, encaminhamento e orientações. Foram eles:

- **Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais:** especialmente os seguintes cartórios de Belo Horizonte: 1º Ofício de Registro Civil, 2º Ofício de Registro Civil, 3º Ofício de Registro Civil, 4º Ofício de Registro Civil, Cartório do Registro Civil de Venda Nova e Cartório do Registro Civil do Barreiro.
- **Defensoria Pública:** participação do defensor Bellini Figueiró Bastos.
- **Ouvidoria do Ministério Público:** orientações para a população. Participação especial do Ouvidor Geral Mauro Flávio Brandão.
- **Vara Infração da Infância e Juventude:** o comissário Leonardo Sampaio esteve à disposição para esclarecimentos e encaminhamentos.
- **SESC:** o SESC disponibilizou inúmeras atividades e brincadeiras para o público jovem: cama elástica, pula-pula, pintura, ping-pong, cursinho de bijouterias e diversos outros jogos.

3 - Cobertura dos eventos

Site Recivil – 15/05/09

Ciganos e moradores de rua são beneficiados com programa de documentação do Recivil

Na última semana, entre os dias 6 a 10 de maio, ciganos e moradores de rua de Belo Horizonte tiveram acesso à documentação civil, a partir do projeto "Cidadania dos Ciganos e Nômades Urbanos". O programa é uma parceria do Recivil com o Governo Federal a partir da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

As ações aconteceram no Parque Ecológico do bairro 1º de Maio, na capital mineira, e contaram com o apoio e a participação dos cartórios de Registro Civil de Belo Horizonte; da Ouvidoria do Ministério Público e da Defensoria Pública, que ofereceram atendimento jurídico durante os dias do evento; do SESC, que levou a Rua de Lazer até o local; de abrigos e albergues de Belo Horizonte e de lideranças comunitárias.

Durante os cinco dias de evento, foram realizados mais de 700 atendimentos. A maioria das pessoas foi à procura das segundas vias das certidões, foram 565 pedidos, e grande parte das certidões foram entregues na hora para os moradores. O morador de rua Rafael Santos da Silva, de 19 anos, perdeu todos os seus documentos, e compareceu ao Parque Ecológico, onde fez o pedido da segunda via da sua certidão.

Rafael falou sobre a vida como morador de rua e a necessidade da documentação. "As pessoas olham para a gente com discriminação e preconceito. Tenho que conseguir esses documentos o quanto antes para não perder um emprego que arrumei em Betim", explicou o morador de rua, que recebe o apoio do Abrigo São Paulo.

Além das segundas vias, foram realizados 24 registros tardios de nascimento, todos no Ofício do Registro Civil e Notas, do distrito de Venda Nova. Maria de Oliveira, de 80 anos, aproveitou o evento e conseguiu fazer seu registro de nascimento pela primeira vez. A moradora compareceu ao local do evento acompanhada de funcionárias do Hospital Galba Veloso, onde está internada há quatro meses.

"Eu estou emocionada. Foi uma batalha. Tem quatro meses que ela está lá conosco e foi um trabalho intenso de quase cinco meses para reconstruir a história dela. Conseguimos dar a ela uma cidadania, a partir de um documento que ela não tinha. Era uma pessoa que estava na rua e que não tinha referência de família, de ninguém. Para mim foi importante e muito mais para ela", contou a assistente social, Maria Cecília Lucas Gomes. "A gente quer dar a ela um local para morar, um teto, e esse documento vai garantir para ela este local", completou.

Quem também se beneficiou com o registro de nascimento foram seis ciganos que vivem em uma comunidade cigana no Bairro São Gabriel. Eles conseguiram a primeira certidão após serem atendidos pelo Recivil e pelo cartório de Venda Nova. Segundo divulgação do jornal Hoje em Dia, Antônio César da Silva, de 65 anos, conseguiu seu registro de nascimento no último dia do mutirão. "Tenho problema de tireóide. Agora vai facilitar para eu ir ao médico", disse. O cigano Cínero Soares falou sobre os problemas enfrentados por aqueles que não possuem o registro. "Sem o papel, os jovens passavam vergonha. Não conseguiam nem remédio no posto", disse, de acordo com o jornal.

Para a Oficiala Substituta do cartório de Venda Nova, Ana Paula Froes Machado da Fonseca, o projeto superou as expectativas. "Não imaginávamos que a demanda seria tão grande. Percebi que existem pessoas que realmente não vem ao cartório. O numero de registro tardio foi grande, realmente tem uma barreira da pessoa ir até o cartório, e com o projeto isso foi resolvido", disse *Ana Paula*.

4 - Lançamento do projeto em Audiência Pública



Da esquerda para a direita: Perly Cipriano, Mirian Stanescon, Carlin Moura, Zarco Fernandes, Marcelo Nicoliello e Adriana Patrício

No dia 17 de junho de 2009 foi lançado, em audiência pública, o projeto “Cidadania dos Ciganos e Nômades Urbanos”.

Participaram da mesa de abertura o deputado estadual Carlin Moura; o subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Perly Cipriano; o coordenador dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública Estadual, defensor Marcelo Nicoliello; o ouvidor do Ministério Público, Mauro Flávio Brandão; a tesoureira do Recivil e coordenadora da Comissão Gestora, Adriana Patrício dos Santos; o vereador de Contagem, Rogério Braz; o presidente do Centro de Cultura Cigana, Zarco Fernandes; e a representante do Conselho Nacional da Promoção da Igualdade Racial, Mirian Stanescon.



Os ciganos puderam falar a respeito do projeto



Diversas pessoas participaram do lançamento oficial do projeto

O subsecretario de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Perly Cipriano, explicou sobre a perseguição e preconceito enfrentados pelos ciganos, e citou inclusive a existência de um presidente cigano, Juscelino Kubistchek, que nunca demonstrou sua origem cigana por conta do preconceito. "Este projeto é muito importante. Queremos levar isso a todos os rincões do país", disse.



Perly Cipriano falou sobre a importância do projeto

O presidente do Recivil, Paulo Risso, não pôde participar do evento e foi representado pela coordenadora da Comissão Gestora, Adriana Patrício dos Santos. "Hoje, nessa oportunidade em que o Recivil apresenta em audiência pública o projeto Cidadania dos Ciganos e Nômades Urbanos, queremos que seja um espaço de reflexão de políticas públicas para os segmentos dos ciganos, dos moradores de rua, não só de Belo Horizonte, mas de todo o país, para os catadores de papel e moradores de vilas e favelas e demais comunidades tradicionais brasileiras", ressaltou.

"Neste dia de hoje considero como se estivesse recebendo um dos maiores presentes da minha vida. Tem 13 anos que luto pelo registro civil dos ciganos. Estamos corrigindo mais de 500 anos da imagem do cigano ladrão, do que rouba e come crianças vivas. Nós precisamos cobrar que a gente apague essa página negra na nossa história", contou o representante dos ciganos, Zarco Fernandes.

Mais de 50 pessoas estiveram presentes durante o lançamento do projeto, entre eles o deputado estadual Domingos Sávio; a representante da OAB e do Conselho Estadual da Mulher de MG, Judith Viegas; padre Wallace, da Pastoral Nômade; Geraldo Vitor, representante do Ministério da Cultura; Maria das Graças Rodrigues Saboia, da Coordenadoria de Assuntos da Comunidade Negra e Promoção da Igualdade Racial; a consultora técnica do Ministério da Saúde, Maria da Paz; Frank Martins e Gê Vitor, representantes do Ministério da Cultura, além de representantes do Ministério Público de MG, entidades representativas dos ciganos e moradores de rua, e ciganos.

5 - A segunda etapa

Nos dias 13 a 17 de julho foi realizada a segunda etapa de mutirões do projeto "Cidadania dos Ciganos e Nômades Urbanos", com a participação do TRE, através da 33ª zona eleitoral, que emitiu 47 títulos de eleitor no dia 13 e outros 28 no dia 14 de julho.

O primeiro dia de mutirão aconteceu no Centro de Referência da População de Rua de Belo Horizonte, localizado na Avenida do Contorno, 10.852. O Centro de Referência atende cerca de 200 pessoas por dia oferecendo abrigo, comida, banho, oficinas, acesso à internet, orientações, encaminhamentos.

Do dia 14 ao dia 16, o mutirão aconteceu na Avenida Augusto de Lima, 1.665, no Bairro Barro Preto, em Belo Horizonte. O foco desses dias de trabalho foi voltado aos moradores de vilas e favelas, que ficaram sabendo do projeto pelas divulgações que foram feitas, especialmente pela televisão.

No dia 17 de julho o mutirão voltou a ser realizado no Centro de Referência onde foram atendidos, exclusivamente, a população de rua e os catadores de papel.

5.1 - Atos de Registro Civil

2ª via certidão nascimento	140
2ª via certidão casamento	31
2ª via certidão óbito	2
TOTAL	173

7 - Dados sociais

É grande o índice de moradores de rua com doenças graves como tuberculose e AIDS. Morando debaixo dos viadutos eles deitam em locais úmidos, sem a mínima proteção, se alimentam muito mal e ainda consomem drogas fortes, como o crack, tinner e cola. Muitos não se interessam pelo uso de preservativos e alguns confessaram o compartilhamento de seringas no uso de substâncias tóxicas.

Grande parte da população de rua também apresenta sintomas de doenças psíquicas, muitas provavelmente derivadas do uso constante de drogas, lícitas ou não, pela desmotivação para a vida, sofrimento exagerado, abandono.

CIGANOS

Para divulgar o projeto, e na intenção de melhor esclarecer a Lei 11.790/2008 e também na preparação para os mutirões de atendimentos, o Recivil esteve em Poços de Caldas, onde realizou reuniões com parceiros que se envolveram na Campanha Nacional pelo Registro Civil de Nascimento.

Estiveram presentes nas reuniões os Oficiais dos Cartórios de Registro Civil, Prefeitura Municipal, Magistratura, Promotoria, Defensoria Pública, Secretaria de Promoção Social, representante dos Direitos Humanos da Câmara dos Vereadores e lideranças ciganas.

Por ser uma ação inédita, não só no Brasil, mas no mundo, o Recivil segue um rigor de conduta dos preceitos oriundos da Secretaria Especial dos Direitos

Humanos da Presidência da República, no que diz respeito ao combate dos não registrados, direcionado principalmente para as comunidades tradicionais cigana e nômades urbanos.

1 - As reuniões

Dia 31/03/2009

No primeiro dia de reunião, compuseram a mesa o prefeito Paulo Cesar Silva, a Oficiala e Diretora Regional Radegonda Carpegiani de Moura Gavião, o líder cigano Carlos Calon.

Logo na abertura, foi realizada uma manifestação cigana de dança e música.

Na ocasião, o prefeito depositou todo o apoio ao trabalho a ser realizado disponibilizando toda a estrutura que for necessária para a execução do evento; e o cigano Carlos Calon discursou sobre as dificuldades da causa cigana e aventou os inúmeros benefícios com execução do projeto.

Dia 01/04/2009

Com a pauta de logística e execução dos trabalhos, a reunião aconteceu em “mesa redonda” com os seguintes participantes: líderes Ciganos (CEDRO) Carlos Calon e Mira; Oficiais de Cartório de Poços de Caldas – Radegonda Carpegiani, Cabo Verde – Magda Lima, Campestre – Roberto Nasser de Souza, Bandeira do Sul – Carlos H. Nogueira, Andradas – Ricardo Titato (substituto); defensor público Bruno Pinto Rodrigues e a equipe do Recivil.

Dia 02/04/2009

Entre os assuntos em destaque, estavam temas relacionados aos ciganos e ao seu modo de vida: nomadismo, documentação, reconhecimento de paternidade, adoção, conversão de união estável em casamento e até mesmo a realizações dos mutirões, a fim de mitigar resistências na interação com esta comunidade.

A presença da oficiala, do defensor público, da liderança cigana e o apoio dado pelo prefeito foram fundamentais para que estes aspectos fossem esclarecidos.

2 - O Treinamento

Nos dias 6, 7 e 8 de abril, a equipe de Projetos Sociais do Recivil se reuniu com o presidente do Centro de Cultura Cigana, Zarco Fernandes, para discutir sobre a cultura cigana e as formas de abordagem durante as ações do projeto Cidadania dos Ciganos e Nômades Urbanos.

Durante a reunião, Zarco Fernandes falou aos participantes sobre a história dos ciganos no mundo, no Brasil e em Minas Gerais; a cultura e os grupos ciganos; o preconceito que eles sofrem e as principais dificuldades enfrentadas por eles, como a falta da documentação. A reunião ainda contou com a presença do defensor público Bellini Figueiró Bastos e do representante da Prefeitura de Belo Horizonte, João Vitor Garcia.



Segundo o presidente do Centro de Cultura Cigana, Zarco Fernandes, 26% dos ciganos no Brasil não possui registro de nascimento



Reuniões realizadas discutiram a cultura cigana e as formas de abordagem dos ciganos durante as ações do projeto